



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE ALEGRE DOS CAMPOS

PROJETO DE LEI Nº 030/2021

**“ALTERA O ARTIGO 3º PARA
ACRESCENTAR O INCISO IX, E
ALTERA O ARTIGO 4º PARA
ACRESCENTAR O PARÁGRAFO 4º,
NA LEI MUNICIPAL Nº 105/99, QUE
CRIA O FUNDO MUNICIPAL DO
MEIO AMBIENTE - FMMA.”**

Onilton João Capelini, Prefeito Municipal de Monte Alegre dos Campos, Estado do Rio Grande do Sul, faz saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei.

Art. 1º. O artigo 3º da Lei Municipal Nº 105/99, passa a ter a seguinte redação:

“Art. 3º São fontes de recursos do Fundo Municipal do Meio Ambiente (FMMA):

(...)

IX – taxas de controle e fiscalização ambiental.”

Art. 2º. O artigo 4º da Lei Municipal Nº 105/99, passa a ter a seguinte redação:

“Art. 4º Os recursos do FMMA destinam-se aos órgãos executivos incumbidos da realização das atividades de conservação, recuperação, proteção, melhoria, pesquisa, controle e fiscalização ambientais, inclusive da articulação intersetorial.

(...)

§ 4º – As despesas a serem realizadas com os recursos arrecadados das fontes mencionadas no artigo 3º desta Lei, só poderão ocorrer quando referendadas por Ata do Conselho Municipal do Meio Ambiente.”

Art. 3º. Permanecem inalterados os demais artigos, incisos e parágrafos da redação original dada pela Lei Nº 105/99.

Lei Unanimidade
APROVADO

20/10/2021

Andriele H



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE ALEGRE DOS CAMPOS

Art. 4º. Revogadas as disposições em contrário, esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeito Municipal de Monte Alegre dos Campos, 19 de Abril de 2021.


Onilton João Capelini
Prefeito Municipal



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE ALEGRE DOS CAMPOS

EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS

PROJETO DE LEI Nº 30, de 19 de Abril de 2021.

Tem o presente Projeto de Lei o objetivo de atualizar a Lei Municipal Nº 105/99, que Cria o Fundo Municipal do Meio Ambiente - FMMA, para acrescentar as taxas de controle e fiscalização ambiental como fontes do FMMA, e exigir como requisito para realizar despesas com valores provenientes do Fundo Municipal do Meio Ambiente a anuência em Ata do Conselho Municipal do Meio Ambiente.

Pelo exposto, solicitamos aos Nobres Vereadores a aprovação por unanimidade desta propositura.


Onilton João Capelini
Prefeito Municipal